Crise e recomposição do sistema de dominação global dos Estados Unidos: a nova ordem pan-americana

Luis Suárez Salazar

Professor Titular Adjunto do Instituto Superior de Relações Internacionais e da Faculdade de Filosofia e História da Universidade de Havana (Cuba)

Tradução de Ângela Santana do Amaral

Crise e recomposição do sistema de dominação global dos Estados Unidos: a nova ordem pan-americana

O texto realiza uma síntese lógico-histórica da essência e dos principais componentes das diversas estratégias empreendidas pelas administrações de George H. Bush, William Clinton e George W. Bush. Tem como referência a crise do sistema de dominação oligárquico-plutocrático-imperialista sobre o continente americano nas três décadas posteriores ao triunfo da Revolução Cubana. Analisa como, em consonância com a maioria dos governos do hemisfério ocidental, tais estratégias visam a institucionalizar "uma nova ordem pan-americana" funcional às aspirações do imperialismo norte-americano de governar "o mundo pós-guerra fria". A partir dessas premissas, o ensaio finaliza com algumas reflexões sobre as atuais expressões da secular dinâmica entre a reforma, a contrarreforma, o reformismo, a revolução e a contrarevolução que tem caracterizado a história da América Latina e do Caribe.
Palavras-chave: nova ordem pan-americana; imperialismo; Estados Unidos

Crisis and recomposition of the global domination system of the United States: the new Pan-American order

The article makes a logical-historical synthesis of the fundamental nature and components of the several strategies implemented by the George H. Bush, William Clinton and George W. Bush administrations. Its background is the crisis experienced by the oligarchic-plutocratic-imperialistic dominant system over the American continent in the three decades following the triumph of the Cuban Revolution. Supported by the majority of the Western governments, those strategies aim to institutionalize "a new pan-American order" which is functional to the imperialistic North-American aspirations to rule "the post Cold War world". Based on these assumptions, the article make considerations upon some contemporary expressions of the secular dynamic between reform, counter-reform, revolution and counter-revolution which illustrate Latin American and Caribbean history.
Keywords: new pan-American order, imperialism, United States

Já é um lugar comum nos círculos políticos e acadêmicos o reconhecimento de que, na década de 1970, o sistema de dominação – hegemonia encouraçada de coerção – instaurado depois da Segunda Guerra Mundial pelos grupos de poder dos Estados Unidos sobre boa parte das nações do mundo, entrou em uma profunda crise em razão de diversos fatores: políticos, econômicos, tecnológicos, estratégico-militares, éticos, ideológicos, internos, hemisféricos e internacionais.

Também se reconheceu que, dada à incapacidade de administração de James Carter (1977-1981) para "superar" essa situação, os setores mais reacionários das classes dominantes e da sociedade norte-americana – aglutinados na "nova direita" e liderados pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989) – empreenderam uma multifacetada contraofensiva dirigida a recompor seu sistema de dominação "global" e hemisférico.

Essa "grande estratégia" continuou durante a presidência de George H. Bush (1989-1993). Especialmente depois da queda dos "falsos socialismos europeus" e da "implosão" da União Soviética: acontecimentos que, junto à "vitória" norte-americana na primeira guerra do Golfo Árabe-Persa (1991), impulsionaram esse mandatário a proclamar o advento de uma "nova ordem mundial", encabeçada pelos Estados Unidos (Gonzáles, 1995).

Apesar das debilidades que tinha (e ainda tem) a socioeconomia norte-americana e as demonstradas dificuldades desta potência imperialista para "governar o mundo", diversos especialistas também afirmaram que esta pretensão se manteve durante os dois períodos presidenciais de William Clinton (1993-2001). Igualmente, sob a base

de um militarizado projeto "neoimperial", este propósito recebeu um formidável impulso durante a primeira etapa (2001-2005) da presidência de George W. Bush (Acosta, 2005). Sobretudo depois dos atentados terroristas contra o Pentágono e às Torres Gêmeas de Nova Iorque (em 11 de setembro de 2001), da ocupação militar do Afeganistão e das ações dirigidas a implementar a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, difundida em setembro de 2002 (Suarez Salazar, 2003). Entre elas, a ilegal e cruel ocupação militar do Iraque.

Contudo, em razão das diferenças existentes entre a retórica e as práticas dessas três últimas administrações, não abundavam – nem sequer no pensamento crítico latino-americano e caribenho – textos que realizassem uma síntese lógico-histórica das diversas estratégias empreendidas entre 1989 e 2005 contra a América Latina e o Caribe pelo *establishment* bipartidista da política exterior e de segurança estadunidenses.

Por isso, dando continuidade às minhas reflexões anteriores (Suarez Salazar, 1995, 2000 e 2003a), nas páginas que se seguem sintetizarei a essência e os diferentes componentes do que chamo a "nova ordem pan-americana", impulsionada pelos três últimos mandatários dos Estados Unidos, como parte de suas complexas interações de dominação, cooperação, competência e conflito com os governos do Canadá, da América Latina e do Caribe, assim como de outras potências integrantes da "tríade" ou "pentarquia" do poder mundial: a União Europeia (UE), o Japão, a Rússia e a República Popular da China.[1]

Da mesma maneira, nos últimos anos, agudizaram-se certas contradições entre alguns desses e outros Estados (incluídas as

1 Até onde conheço, a expressão "tríade do poder mundial" foi utilizada, pela primeira vez, por Kenichi Ohmae (1991) ; enquanto que o termo "pentarquia" pertence ao investigador chinês Xue Moufang (1995, p. 23). Para o primeiro, a tríade está integrada pelos Estados Unidos, pela União Européia e pelo Japão; enquanto que, conforme o segundo autor, a esta junção há que se agregar a Federação Russa e a República Popular da China.

existentes entre a União Europeia e os Estados Unidos), como também as multiformes resistências estatais e não estatais às doutrinas e práticas "globais" dessa última potência. Finalizarei este ensaio com algumas reflexões sobre a dinâmica entre a reforma, a contrarreforma, a revolução e a contrarrevolução atualmente existente na América Latina e no Caribe (Suárez Salazar, 2005).

Igualmente, no que se diz respeito às estratégias empreendidas pela "elite" estadunidense – e, em particular, pela administração de George W. Bush – com vistas a evitar uma nova rachadura no seu sistema de dominação sobre o Hemisfério Ocidental, já que muitos de seus integrantes seguem olhando para as demais nações deste continente como "o escudo da segurança do Novo Mundo" e a "espada de projeção do poder global dos Estados Unidos" (Comitê De Santa Fé, 1981).

Essência e componentes da "nova ordem pan-americana"

Daí e de outros elementos ideológicos (a Doutrina Monroe e seus diferentes corolários, o Destino Manifesto), as sistemáticas e multifacetadas estratégias expansionistas, contrarrevolucionárias e reformistas empreendidas desde finais do século XIX pelo imperialismo norte-americano com vistas a consolidar seu sistema de dominação sobre os Estados e territórios situados ao sul do Rio Bravo e da Península da Flórida.

Funcional a este propósito foi a progressiva institucionalização do Sistema Interamericano (cuja origem remonta a 1890), a fundação, em 1942, da Junta Interamericana de Defesa (JID), a subscrição, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e, um ano depois, a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Cornell-Smith, 1999). Com a ajuda desta instituição e de suas "incestuosas relações", com inumeráveis ditadores latino-americanos e caribenhos (Schlesinger Jr., 1979), as admi-

nistrações de Harry Trumann (1945-1953) e Dwight Eisenhower (1953-1961) consolidaram transitoriamente sua *Pax Americana* (Suárez Salazar, 2003a, p. 187-225).

Porém, esta começou a rachar-se imediatamente antes e depois do triunfo da Revolução Cubana (1959): acontecimento que abriu, no Hemisfério Ocidental, o "ciclo revolucionário", provisoriamente fechado com a intervenção militar estadunidense no Panamá (1989) e com a derrota "eleitoral" da Frente Sandinista de Liberação Nacional (fsln) da Nicarágua (1990). Neste ínterim, a ordem pan-americana, fundada no calor da Guerra Fria entrou em uma profunda crise.[2]

Consequentemente, a partir de sua proclamada "vitória" nessa contenda (Bush, 1992), as sucessivas administrações estadunidenses re-empreenderam diversos estratagemas dirigidos à derrocada (*roll back*) do socialismo cubano. Assim, com a expressa anuência do então candidato presidencial William Clinton, em 1992, George H. Bush promulgou a Emenda Torricelli, voltada a fortalecer o caráter "extraterritorial" das "leis do embargo" contra Cuba, aprovadas nos Estados Unidos durante os trinta anos precedentes (Franklin, 1997). Nas palavras de alguns dos seus artífices, com ela se pretendia acelerar a "transição pacífica" do regime cubano em direção a uma "democracia de livre mercado" (Nuccio, 1995).

Apesar da ampla rejeição internacional a esta "emenda", ela se aprofundou durante as presidências de William Clinton e George W. Bush; particularmente, depois que o primeiro promulgou a Lei Helms-Burton (1996) e que o segundo, desde que tomou posse, começou a aplicar algumas das posteriores "recomendações" da

2 A expressão "neopanamericanismo" foi cunhada por Guillermo Torriello, chanceler do governo nacionalista de Jacobo Arbenz, durante seu discurso na Décima Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em Caracas, em 1954. Com ela, Torriello diferenciou o Sistema Interamericano surgido depois da Segunda Guerra Mundial das diversas instituições pan-americanas formadas entre a Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos (1890-1891) e a fundação da oea (1948).

Comissão para a Ajuda a uma Cuba Livre, encabeçada pelo então Secretário de Estado, Collin Powel (IPS, 2005).

Esta continuidade também se registrou nas suas correspondentes projeções hemisféricas.[3] Com efeito, sem negar as diferenças entre essas administrações, todas trabalharam para revitalizar seu sistema de dominação. Com tal fim, George H. Bush continuou lutando para ganhar os "conflitos de baixa intensidade" que então se desenvolviam na Colômbia, em El Salvador, na Guatemala e no Peru, assim como a "guerra contra o narcotráfico" iniciada por Reagan. Também proclamou sua iniciativa para as Américas (orientada a "criar uma zona de livre comércio desde o Alaska até a Terra do Fogo") e impulsionou o Acordo de Livre Comércio com o Canadá e México (NAFTA) e o Compromisso de Santiago do Chile, com a Democracia Representativa e a Modernização da OEA, aprovado por esta organização, em 1991.

Todas estas estratégias foram ratificadas por William Clinton, a quem coube o "mérito" de conseguir a institucionalização (sem a presença de Cuba) das Cúpulas das Américas. A importância adquirida por essas reuniões presidenciais se evidencia quando se observa, além da sua periodicidade, que anterior à Cúpula de Miami (1994),[4] somente haviam sido realizados dois conclaves parecidos: os convocados no Panamá, por Dwight Eisenhower (1956), e por Lyndon B. Johnson, no Uruguai (1967).

---

3 Utilizo o termo "projeção hemisférica", em vez de "política hemisférica" para incluir o que Abraham Lowenthal denominou de "os problemas intermésticos" (internacionais e domésticos) que afetam as relações entre os Estados Unidos e a América Latina e o Caribe, tais como: o problema das drogas e outros delitos conexos, a agenda migratória, "o terrorismo" e outros componentes da "segurança da pátria" (*homeland security*).

4 Entre 1994 e 2005 foram realizadas seis Cúpulas das Américas: quatro ordinárias; uma especial, dirigida a analisar os temas ambientais e uma extraordinária, realizada no México, em 2003. Ou seja, uma média de uma Cúpula a cada dois anos.

Porém, em nenhum deles os chefes de Estado e Governo de 34 dos 35 países "independentes" do Hemisfério Ocidental participaram. Tampouco se definiram – como se fez na Cúpula de Santiago do Chile (1998) – mecanismos de acompanhamento de suas resoluções e nem sequer foram acompanhadas nas incontáveis reuniões dos Ministros, Secretários e outros altos funcionários vinculados a todas as esferas da atividade governamental, incluídas a segurança e a defesa (Ruiz, 2003).

Como resultado dessas e outras reuniões foram protocoladas várias "reformas" à Carta da OEA, como também múltiplas Convenções Interamericanas (como as da Assistência Mútua em Matéria Penal contra a Corrupção, contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Relacionados, assim como "o terrorismo") que comprometeram a cooperação militar, policial, de inteligência e judicial entre todos os seus Estados-membros (García Collada, 2005).

Para tratar de unificar esses acordos realizou-se no México (2003) uma Conferência Especial com o objetivo de definir noções comuns acerca dos "novos inimigos da segurança interamericana". Ainda que, tal como se demonstrou nessa reunião e na Cúpula dos Ministros de Defesa realizada no Equador, no início de 2005, subsistissem algumas discrepâncias entre os governos do Canadá, dos Estados Unidos, da América Latina e do Caribe, tudo indica que a persistente intenção da diplomacia político-militar estadunidense é obter novos compromissos entre todos os Estados integrantes da OEA; inclusive aqueles, como o Canadá e os Estados caribenhos, que não são signatários ou que, por sua inadequação ao novo cenário estratégico, denunciaram o TIAR, como é o caso do México (Bermúdez, 2003).[5]

---

5 Essa intenção se reiterou imediatamente depois que, em março de 2006, a XXXII Assembléia Geral Extraordinária da OEA aprovou o Estatuto por meio do qual a Junta Interamericana de Defesa (JID) e o Colegiado Interamericano de Defesa (CID) ficaram formalmente subordinados ao organismo

Paralelamente a essa gestões, desde a década de 1990, o Pentágono vem redefinindo as missões, estruturas e deslocamento de suas forças armadas (e de segurança) no Hemisfério Ocidental; em particular, às do Comando Sul (Southcom) – máximo responsável da segurança "tradicional" e "não tradicional" no Centro e América do Sul, assim como na maior parte do Caribe (Garcia e Beruff, 1999) – e às do recém constituído Comando Norte (Northcom), encarregado da "defesa" do Canadá, Estados Unidos, México, Bahamas, Cuba, Ilhas Virgens e Porto Rico (García Cuñarro, 2003).

Sob o pretexto da "guerra contra o narcotráfico" e, mais recentemente, da "guerra contra o terrorismo", essa reconfiguração foi acompanhada pelos diversos acordos militares e de segurança entre a Casa Branca e vários governos latino-americanos e caribenhos. Da mesma maneira, pela implantação de novos Centros Operativos de Avançada (fol, em inglês) em El Salvador, Honduras, Colômbia, Equador e Peru. A estes se somam as bases militares que perduram em Cuba e Porto Rico, assim como aos fol instalados – com a anuência da monarquia constitucional holandesa – em Aruba e Curaçao (Ronchen, 2001).

A isto se unem os eventos e monobras castrenses impulsionados pela jid, assim como a vultante "ajuda militar" e o treinamento dos principais quadros castrenses e policiais latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos (Isaacson, Olson e Hangaard, 2005); e, também, a crescente presença de seus órgãos de segurança e inteligência em diversos países do hemisfério – incluídos o Canadá, o México e a "tríplice fronteira" argentino-brasileira-paraguaia – e de tropas estadunidenses neste último país sul-americano (Alis-

hemisférico. Imediatamente após dessa decisão, o embaixador estadunidense John Maisto instou a todos os Estados membros a unir-se à jid e a enviar, a cada ano, pelo menos um candidato ao cid. Acrescentou que os Estados membros da oea devem, também, esforçar-se por enviar à jid e ao cid seus melhores oficiais civis e militares e, proporcionar à jid os recursos que necessita para obter êxito.

CONI, 2005). Ademais, suas reiteradas ingerências "diplomáticas" e ocupações militares no Haiti. A mais recente (2004) concluiu com a ilegal captura e deportação do debilitado presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide (BELLEGARDE-SMITH, 2004).

Tudo isso criou um fortalecido dispositivo político-militar que subordina muitos países do hemisfério às exigências estratégico-militares, geopolíticas e geoeconômicas dos Estados Unidos. A tal ponto que, segundo alguns especialistas, é o Pentágono que conduz as principais articulações governamentais com a América Latina e o Caribe (ISAACSON, OLSON e HANGAARD, 2005). Por isso, tem-se fortalecido a impunidade com que atuam as forças militares e de segurança estadunidenses nos países do hemisfério. Sobretudo, porque o Departamento de Estado coagiu vários governos deste continente para que firmassem Acordos Bilaterais de Imunidade (BIA, em inglês), direcionados a permitir que os crimes (inclusive os de lesa humanidade) cometidos pelos funcionários militares e civis norte-americanos não possam ser julgados pela Corte Penal Internacional nem pelos tribunais dos Estados onde atuam (GARCÍA RIVERA, 2003; CFR, 2004).

Pelo anteriormente exposto, há que se acrescentar "a modernização da OEA". Ainda que esta instituição tenha sido sempre considerada como um simples instrumento de sua política voltada à América Latina e o Caribe, sem dúvida que, a partir de 1991, a Casa Branca impulsionou a "atualização" de todos os órgãos e comissões desse organismo hemisférico, como também uma ampliação constante de seus âmbitos de competência, entre elas, "a segurança" e outros assuntos (como os processos eleitorais e as crises de "governabilidade"), anteriormente reservados à jurisdição interna dos seus Estados membros.

Assim, sob a base do Compromisso de Santiago do Chile com a Democracia Representativa e do Protocolo de Washington de 1992 (ratificado em 1997), a OEA reforçou seus compromissos com essas

"poliarquias".[6] Além disso, independentemente dos enunciados de sua carta fundacional, pela primeira vez na bicentenária história das relações interamericanas,[7] na Cúpula das Américas realizada no Canadá (2001), essa restringida noção de "democracia" adquiriu um caráter condicionante de ordem político-jurídico interno de seus Estados membros.

Tal decisão se fortaleceu com a aprovação, neste mesmo ano, da Carta Democrática Interamericana (OEA, 2001). Não obstante as diversas interpretações de seus enunciados, como resultado dela, a OEA ampliou suas capacidades para empreender "intervenções democráticas coletivas" nos países do sul do continente, mesmo que, no futuro, algum dos seus governos fosse excluído dos trabalhos dessa organização. Isto anulou o princípio do "pluralismo político- ideológico aceito em 1975, no Protocolo de San José. Essa reforma da Carta da OEA foi aceita pela administração de Richard Nixon (1969-1977) e ratificada pela de James Carter, após receber fortes pressões de um importante grupo de governos latino-americanos e caribenhos (SUÁREZ SALAZAR, 2003a).

Contudo, ela jamais entrou em vigor em razão dos êxitos obtidos pelos grupos "neoconservadores" estadunidenses na definição da agenda político-ideológica cultural da maior parte dos países do continente na "contenção" da insurgência popular e, por consequência, na instauração "pactuada" das "democracias restritas" ou "contra-insurgentes" , sucessoras das ditaduras de "segurança

6 Segundo William Robinson (1996), o termo "poliarquia" foi definido pelo cientista político Robert Dahl como um sistema político no qual governa um pequeno grupo, e a participação das massas na tomada de decisões se limita a selecionar a direção em eleições cuidadosamente manipuladas pelas elites competidoras. Qualquer similaridade com os sistemas políticos latino-americanos e caribenhos, não é mera coincidência!

7 Assumo como data do início das relações interamericanas, a fundação da República do Haiti, em 1804. Até 1824 (data em que se consolidou a independência da América Latina frente ao colonialismo espanhol), o Haiti e os Estados Unidos foram os dois únicos Estados nacionais independentes no Hemisfério Ocidental.

nacional" que enlutaram a América do Sul, a América Central e algumas nações caribenhas, entre 1964 e 1990 (González Casanovas, 1991; Torres Rivas, 2001).

Sob o pretexto da "globalização", essas "democracias tuteladas pelos poderes fáticos" favoreceram as agências especializadas (incluída a CIA) do governo ou do Congresso estadunidense, seus grandes meios de comunicação e suas poderosas indústrias culturais para que conseguissem novos canais – i.e., internet e outros circuitos da "cultura em domicílio" (García Canclini, 1996) – para difundir entre as elites e as "classes médias" latino-americanas e caribenhas um "imaginário transnacional" vinculado às supostas superioridades do "modo de vida", da "cultura" e do sistema político norte-americano (Roncagliolo, 1995).

Como se denunciou (Columbres, 2001), esse imaginário atua contra os valores culturais da América Latina e do Caribe e influi negativamente na construção de novas identidades que se requerem para avançar em sua genuína "integração multinacional" (Magariños, 2000). Em especial porque desde o começo da década de 1990, a propaganda oficial estadunidense, seus "grandes comunicadores planetários" e os monopolizados meios de difusão latino-americanos e caribenhos vêm difundindo "o pensamento único" (Ramonet, 1998), assim como a suposta existência de uma "interdependência simétrica" e de "interesses similares entre as Américas" (Chistopher, 1994).

A difusão dessas enganosas mensagens se multiplicará caso finalmente se aprove o Tratado de Livre Comércio das Américas (ALCA) ou outros tratados similares impulsionados pelos três últimos mandatários norte-americanos. A "livre" circulação de mercadorias, serviços e capitais previstos nesses leoninos acordos incluem, também, o setor educativo e os bens e serviços culturais. Sobretudo se – como já conseguiu o governo norte-americano em seus tratados de "livre comércio" com o Chile, República Dominicana e América Central (CAFTA-RD, em inglês) – se adotam as cláu-

sulas OMC *plus*. Ou seja, as tratativas relacionadas aos "direitos de propriedade intelectual vinculados ao comércio" e as prescrições do Acordo Multilateral de Inversões que não foram aprovadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Porém, como já se denunciou, ainda no caso de que isto não ocorra, somente a aceitação das noções de "livre comércio" e da pretensa "reciprocidade" entre Estados com tal assimetria de poderes determinará que os governos da América Latina e do Caribe percam – como já ocorreu com o NAFTA – suas reduzidas capacidades para definir sua agenda de desenvolvimento, incluídas suas relações com o capital transnacional de origem estadunidense, suas políticas comercial, financeira, monetária, industrial, ecológica, social e cultural (BENJAMÍN e TAVARES, 2004).

Ainda mais porque a ALCA (ou algumas de suas modalidades pluri ou bilaterais) chegou ou eventualmente chegará depois do terrível impacto exercido sobre a maior parte dos países do Hemisfério Ocidental pelos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) "neoliberais", impulsionados pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM) e pelo Banco de Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob a base do bipartidista Consenso de Washington de 1990 (STIGLITZ, 2002).

Tal como demonstram as múltiplas evidências empíricas, estes programas – junto ao seu par – "a dívida externa" – têm limitado a soberania dos governos que o aplicaram, ampliado o "fosso social", agravado os desastres ecológico-ambientais, assim como multiplicado os "crimes do neoliberalismo" e aprofundado a "crise dentro da democracia" em que vivem os sistemas políticos liberal-burgueses instaurados na maior parte da América Latina e do Caribe (SUÁREZ SALAZAR, 2003a, p. 439-467). Por conseguinte, têm condicionado seus "modelos de desenvolvimento para fora", "aberto" unilateralmente suas economias aos bens, serviços e capitais (inclusive especulativos) provenientes do exterior; leiloado,

privatizado e desnacionalizado importantes riquezas nacionais (incluída a água e a biodiversidade); bem como fortalecido sua multiforme dependência estrutural e funcional em relação aos Estados Unidos (Dos Santos, 2002).

A dinâmica reforma, contrarreforma, revolução e contrarrevolução no Hemisfério Ocidental

O exposto anteriormente contribui para explicar o que defino como "uma nova etapa da dinâmica entre a reforma, a contrarreforma, a revolução e a contrarrevolução que caracterizou (e caracterizará) o futuro da América Latina e do Caribe". Na atualidade, esta dinâmica está determinada pela agudização de todas as contradições sociais, políticas e econômicas, internas e externas, vinculadas ao esgotamento sociopolítico do ciclo "neoliberal", no econômico e "neoconservador", no político, que se generalizou na década de 1990 (Petras, 1997). Igualmente, pelo questionamento cada vez mais extenso às "democracias restritas, corruptas e repressivas" de longa data (Colômbia, Costa Rica, México) ou surgidas na segunda metade da década de 1980 (pnud, 2004); pelas resistências multiformes estatais e não estatais à "nova ordem mundial e pan-americana", assim como pelas políticas estadunidenses em direção aos diversos países desse hemisfério.

Sem negar a importância do que está ocorrendo em outras partes, o epicentro desses processos está localizado nos países andinos e no Caribe insular. Assim o demonstram os avanços da Revolução Cubana, em que pesem os renovados planos para destruí-la, elaborados pela Casa Branca. Do mesmo modo, a derrota de todos os empenhos (incluído um golpe de Estado "fascista") até agora desenvolvidos pela "oligarquia venezuelana" e pela administração de George W. Bush com vistas a derrotar a Revolução Bolivariana (Golinger, 2005).

Não obstante os problemas que perduram, essas derrotas possibilitaram a utilização de sua renda petroleira para saldar a "dívida social", empreender transformações estruturais, fraturar sua dependência dos Estados Unidos, assim como impulsionar diversas iniciativas de política exterior. Entre elas, a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), cujos "princípios" e "bases centrais" ficaram definidos na Declaração Conjunta assinada em Havana, em 14 de dezembro de 2004 pelos presidentes de Cuba e da República Bolivariana da Venezuela (RBV), Fidel Castro e Hugo Chávez, respectivamente (GRANMA, 2004).

Para além de sua importância para o projeto democrático-participativo, independente, sustentável e sustentado – identificado com o "socialismo do século XXI" – que, de maneira solidária, ambos os países estão desenvolvendo, essas convergências possibilitaram o início de vários projetos continentais de educação, saúde, informação e cultura (como a Telesur e a Editorial Alba) e a subscrição do Acordo de Cooperação Energética entre a RBV, Cuba, República Dominicana e onze estados integrantes da Comunidade do Caribe (CARICOM), ratificado por seus mandatários na Segunda Cúpula Energética do Caribe, realizada na Jamaica, em setembro de 2005.[8]

Como consequência, institucionalizou-se a Petrocaribe, avançando na iniciativa da RBV de formar a empresa multinacional latino-americana Petroamerica; e, contrapondo-se ao "receituário neoliberal" criou-se o Fundo Alba Caribe, destinado a financiar programas sociais e econômicos, assim como outros fundos estatais dirigidos a fomentar o emprego, as atividades produtivas e de serviços e, ainda, para melhorar a cultura, o esporte, a educação e a saúde pública no Arquipélago das Antilhas (LÓPEZ, 2005).

---

8 Os únicos Estados integrantes da CARICOM que até agora não assinaram esse acordo são Barbados, Haiti (ocupado militarmente) e Trinidad e Tobago. O governo deste último país expressou temores em relação à competência a suas exportações petrolíferas que poderia criar-lhe a Petrocaribe.

Muito embora esses acordos dependam da vontade política dos governos implicados, da evolução da situação política venezuelana e, por conseguinte, dos êxitos ou fracassos da política agressiva do *establishment* estadunidense, o exposto permite aquilatar as diferenças positivas existentes entre a ALBA e os projetos de "integração de cima e para fora" que preponderam na América Latina e no Caribe (SUÁREZ SALAZAR, 2005a). Igualmente, entre a ALBA, o NAFTA, o CAFTA-RD e o Acordo de Livre Comércio assinado entre os Estados Unidos e o Chile.

Consequentemente, como demonstram os acordos bi ou plurilaterais assinados entre a RBV, Argentina, Brasil, Cuba, Uruguai e, mais recentemente, com o governo boliviano presidido por Evo Morales –, a ALBA abre oportunidades para os atuais ou futuros governos latino-americanos e caribenhos que utilizem suas prerrogativas para desenvolver programas favoráveis aos interesses populares, assim como para contrarrestar as estratégias contra-reformistas e contra-revolucionárias – incluídos os PAE, de corte "neoliberal" – das classes dominantes locais aliadas às principais potências imperialistas, e, em particular, aos Estados Unidos (SUÁREZ SALAZAR, 2006).

Estas políticas antiimperialistas poderiam agregar novos ingredientes aos projetos de *concertação* política, cooperação e integração "econômica" que se desenvolvem na América Latina e no Caribe. Sobretudo, na medida em que – como fez a RBV na Comunidade Andina de Nações (CAN), no Mercado Comum do Sul (Mercosul), na recém fundada Comunidade Sul-americana de Nações e, junto a Cuba, na CARICOM e a Associação dos Estados do Caribe (AEC) – todos ou alguns de seus Estados membros impulsionem novos paradigmas de desenvolvimento sustentável e sustentado, em uma genuína "integração multinacional", que questione o sistema de dominação estabelecido pelos grupos de poder estadunidenses e por seus aliados "regionais" ou extrarregionais (SUÁREZ SALAZAR, 2006a). Isso ficou demonstrado na negativa de vários governos

sul-americanos de impulsionar as relações da ALCA na mais recente Cúpula das Américas, realizada na Argentina, no final de 2005.

Reconhecidas, ao nível do discurso, pelos principais *think tanks* do *establishment* da política exterior e de segurança dos Estados Unidos – entre eles, o bipartidário *Council on Foreign Relations* (CFR, Conselho de Relações Exteriores) –, essas resistências ao *status quo* podem ser ampliadas se se consolidam saídas populares às "crises de governabilidade" que nos últimos anos a Bolívia, o Equador e o Peru vivem. Isso, junto à persistência da multiforme insurgência popular colombiana determina que a região andino-amazônica seja percebida pela Casa Branca e pelo Pentágono como a ameaça mais importante para sua "segurança nacional" e para a "estabilidade do Hemisfério Ocidental" (CFR, 2004).

Isto explica por que – sob o pretexto da "guerra contra o narco-terrorismo" e partindo das demandas do Comando Sul e do atual governo colombiano – se elaboraram diversos projetos político-militares voltados a dar continuidade ao já encerrado (e fracassado) Plano Colômbia, desenhado pela administração de William Clinton e a seu complemento: a Iniciativa Antinarcóticos Andina (conhecida como Iniciativa Regional Andina), estimulada – seguindo os passos de seu pai – por George W. Bush (POPA, 2005).

Entre estes projetos se incluem o incremento da presença militar norte-americana na Colômbia e em outros países andinos; a coordenação de ações entre o Comando Sul e as Forças Militares dessa região; a "internacionalização" do conflito colombiano e a formação, sob os auspícios da OEA, de novas estruturas repressivas (denominadas "Americapol" e "Américajus") e de uma "força multinacional" capacitada para atuar frente a "crises humanitárias e de segurança que surjam como produto de desastres naturais e conflitos civis (CFR, 2004, p. 123).

Ao anterior se une a possibilidade de que o Congresso estadunidense prorrogue a Lei de Preferência Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, em inglês), promulgada pelas admi-

nistrações precedentes até que se assine o Acordo Andino de Livre Comércio, que há dois anos, a Casa Branca negocia com os governos da Colômbia, do Equador e do Peru.[9] Neste ínterim, a ATPDEA continuará sendo utilizada como meio de pressão para conseguir que estes ou seus sucessores assumam a "agenda de segurança e livre comércio", impulsionada pelos três últimos mandatários dos Estados Unidos.

A implementação dessa agenda – agora unificada na "guerra contra o terrorismo"– teve seus principais avanços em suas relações bilaterais com os governos do Canadá, México e, mais recentemente, com os signatários do CAFTA-RD. Em troca desse absurdo, os mais recentes mandatários dominicanos aceitaram a presença "ocasional" de tropas estadunidenses em seu território e, frente à renúncia da Costa Rica, o reacionário governo de El Salvador assumiu a instalação da Academia Internacional para o Cumprimento da Lei (ILEA, em inglês), filial da Academia Internacional de Polícias e de outras agências repressivas, com sede em Washington.

Deste modo, sob a tutela do Subsecretário para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, Dan Fisk, e, desconhecendo o Tratado Marco de Segurança Democrática de 1995 – a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-americano (SICA), realizada em Honduras, em 2005, decidiu a unificação de seus esforços policiais e militares com os Estados Unidos para integrar uma Força de Resposta Rápida (FRR) voltada a controlar "o terrorismo, o narcotráfico, o crime organizado e as quadrilhas juvenis" (CEG, 2005).

---

9 No momento em que acabava este artigo (abril de 2006), o governo dos Estados Unidos já havia assinado um Acordo de Livre Comércio com a Colômbia e o Peru; porém, nenhum desses acordos havia sido ratificado pelos correspondentes congressos desses países. Tampouco, haviam sido ratificados pelo Congresso norte-americano. Por sua parte, a assinatura do TLC entre os Estados Unidos e Equador foi paralisada em razão das grandes mobilizações populares que se produziram nesse país andino contra esse acordo.

Violando os Acordos de Paz que possibilitaram o fim da guerra civil em El Salvador (1992) e Guatemala (1996), essa FRR (como as FOL, instaladas em Honduras e em El Salvador, e as manobras bélicas que vêm se efetuando no Panamá, na fronteira com a Guatemala e México, como também no Mar do Caribe) incrementa a presença militar estadunidense na América Central. Isto facilita a repressão ao que o Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general James T. Hill chamou "as ameaças emergentes" à "segurança nacional" dos Estados Unidos provenientes do "populismo radical" pretensamente impulsionado pela Revolução Bolivariana (CASON e BROOKS, 2004). De imediato, isto aponta contra as renovadas possibilidades eleitorais da FSLN, da Nicarágua e contra a significativa força político-social que possui a FMLN, de El Salvador.

Por outro lado, a presença dos presidentes do México e da Colômbia, Vicente Fox e Álvaro Uribe, respectivamente, na Cúpula do SICA, acima mencionado, demonstra a intenção da Casa Branca e do Pentágono de articular a FRR com as unidades policiais-militares de seu "perímetro defensivo", com os fins geopolíticos e geoeconômicos do Plano Puebla – Panamá, assim como as iniciativas "multinacionais" que estão sendo desenvolvidas na bacia andino-amazônica. Isto reitera o caráter hemisférico das estratégias contrarrevolucionárias e contrarreformistas historicamente empreendidas pelos grupos dominantes nos Estados Unidos e por seus aliados da América Latina e do Caribe.

Apesar do que indicam as tendências históricas, o êxito ou o fracasso desses estratagemas não estão predeterminados. Como demonstra a experiência da Revolução Cubana e, mais recentemente, da Revolução Bolivariana, o curso dos acontecimentos dependerá da capacidade de resistência dos povos latino-americanos e caribenhos (CECEÑA e SADER, 2002), assim como da habilidade de seus correspondentes movimentos sociais e políticos para romper um ou outro "elo débil" do que Lênin chamou "a cadeia da dominação imperialista" (LENIN, 1976, p. 372-520).

Objetivamente, a eventual ruptura desses "elos débeis "debilitará a "nova ordem pan-americana" e o sistema de dominação "global" dos Estados Unidos. Ao menos no que diz respeito à perda de posições relativas em suas relações de dominação-colaboração-competência e conflito com as potências integrantes da "tríade" ou a "pentarquia" do "poder mundial", ou nas variáveis econométricas que usualmente se empregam para aquilatar a "hegemonia" dos Estados na "economia-mundo".

Independentemente do movimento dessas variáveis "econômicas", a frustração das atuais lutas dos povos latino-americanos e caribenhos contra o sistema de dominação implantado pelas classes dominantes locais e pelos Estados Unidos, seguramente facilitará a recomposição da hegemonia "global" e hemisférica dessa potência imperialista; já que – como indicou o comandante Ernesto Che Guevara (1970, p. 319-331): "nunca se pode separar a análise econômica do fato histórico da luta de classes, nem do homem, expressão viva dessas lutas".

Referências bibliográficas

Acosta, Eliades. *El Apocalipsis según San George*. La Habana: Abril, 2005.

Aliscioni, Claudio. Los marines de EEUU ponen un pie en Paraguay**.** *Clarín.com*, 11 set. 2005.

Bellagarde-Smith, Patrick. *Haití:* La ciudadela vulnerada. Santiago de Cuba: Oriente, 2004.

Benjamín, César e Ribeiro, Rómulo Tavares. El ALCA, el libre comercio y el futuro de América del Sur". *América Latina en Movimiento*, Quito, n. 384, p. 26-32, 26 mai. 2004.

Bermúdez, Lilia. Bermúdez. Los retos del hemisferio en el ámbito de la seguridad. In Grabendorff, Wolf (ed.). *La seguridad regional en las Américas*. Bogotá: FESCOL/Fondo Editorial CEREC, 2003, p. 81–112.

Bush, George. New challenges after Cold War. *International Relations and Strategies*, n. 8, 1992.

Cason, Jim e Brooks, David. Descubre el Pentágono una nueva amenaza en AL: el populismo radical. *La Jornada*, México DF, 29 mar. 2004.

Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir. Hegemonía y emancipaciones: Desafíos del Pensamiento Libertario. In: Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir (coords.). *La guerra infinita:* hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Ceg (Centro de Estudios de Guatemala). *Fuerzas de Seguridad en Centroamérica: balance y perspectivas*. Ciudad Guatemala, 5 jul. 2005.

Cfr (Council on Foreign Relations). *Andes 2020: Una nueva estrategia ante los retos que enfrentan Colombia y la región andina*. Bogotá: FESCOL, 2004.

Chistopher, Warren. Discurso pronunciado ante la Comisión Binacional estadounidense-mexicana encargada de dar seguimiento al NAFTA, Ciudad México, 9 de abril de 1994. Havana: Sección de Intereses de Estados Unidos en La Habana (Cuba), 1994.

Columbres, Adolfo. *La emergencia civilizatoria de Nuestra América*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana "Juan Marinello", 2001.

Comité De Santa Fé. Las relaciones interamericanas: escudo de la seguridad del Nuevo Mundo y espada de la proyección del poder global de Estados Unidos. *Documentos*, Centro de Estudios sobre América, Havana, n. 9, 1981.

Conell-Smith, Gordon. *Los Estados Unidos y América Latina*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

Dos Santos, Theotónio. *La teoría de la dependencia:* balance y perspectivas. México D.F./Madri: Plaza & Janés, 2002.

Franklin, Jane. *Cuba and the United States:* a chronological history. Melbourne/New York: Ocean Press, 1997.

García Canclini, Néstor. *Culturas en la globalización*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

García Collada, Rafael. *Un análisis político-jurídico del nuevo orden panamericano*. Tesis de Maestría. Instituto Superior de Relaciones Internacionales de La Habana, Cuba, 2005.

García Cuñarro, Luis. La presencia militar de los Estados Unidos en América Latina. *Revista Seguridad y Defensa*, v. 1, n 3, p. 40, dez. 2003.

García Cuñarro, Luis. Lo general y lo específico del Gran Caribe en el esquema de seguridad de los Estados Unidos. *Lente Estratégico*, Havana, n

12 (Serie II: Seguridad Regional), 2005. Disponível em: <http://www.ceid.cubaweb.cu/doc/lente30.zip>

García Muñiz, Humberto e Rodríguez Beruff, Jorge. *Fronteras en conflicto: Guerra contra las drogas, militarización y democracia en el Caribe, Puerto Rico y Vieques*. San Juan, Puerto Rico: Red Caribeña de Geopolítica, Seguridad Regional y Relaciones Internacionales, 1999.

García Rivera, Gisela. *Cuestiones claves del Tribunal Internacional permanente en materia penal*: El tema del Tribunal en la agenda de las relaciones EE.UU.-Caribe. Trabajo de Curso de la Maestría de Relaciones Internacionales. Havana: Instituto Superior de Relaciones Internacionales, 2003 (mimeo.).

Golinger, Eva. *El Código Chávez*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

González, Mónica. El mito del nuevo orden mundial. *Relaciones Internacionales*, México D.F., n. 68, out.-dez. 1995.

González Casanova, Pablo. Crisis del Estado y lucha por la democracia en América Latina. ALAS/CEA. *Estado, nuevo orden económico y democracia en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991, p. 33-49.

Granma. Declaración conjunta del presidente de los Consejos de Estado y de Ministro de la República de Cuba, Fidel Castro, y del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez. La Habana, 15 dic. 2004.

Guevara, Ernesto Che. La planificación socialista, su significado. In: *Obras 1957-1967*. La Habana: Casa de las Américas, 1970, t. II , p. 319-31.

IPS. Bush refuerza embargo. *Revista Semanal*, La Habana, 3 mai. 2004.

Isaacson, Adam. Olson, Joy e Hangaard, Lisa. Los programas militares de Estados Unidos en América Latina. *Temas*, Havana, n. 41-42, p. 93-100, ene.-jun. 2005.

Kenichi, Ohmae. *El poder de la Tríada*. México D.F.: McGraw-Hill, 1991.

Lenin, Vladimir Ilich. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: *Obras Escogidas en Doce Tomos*. Moscou: Progreso, 1976, t. V, p. 372-500.

López, Hedelberto. PETROCARIBE, el salvavidas de la región. *Rebelión*, 21 set. 2005.

Magariños, Gustavo. *Integración Multinacional:* teoría y sistemas. Montevideo: ALADI/ORT, jul. 2000.

MOUFANG, Xue. ¿Cuatro potencias y una superpotencia? *Beijín Informa*, Beijing, n. 39, 26 set. 1995.

NUCCIO, Richard. Discurso ante las organizaciones moderadas de la comunidad cubana radicada en los Estados Unidos del 9 de septiembre de 1995. *Contrapunto*, Miami, out. 1995.

OEA. *AG/doc. 8 (XXVIII-E/01)*, *Acuerdos y resoluciones de la XXXI Asamblea General*. Lima, Peru, 10 set. 2001.

PETRAS, James. *Neoliberalismo en América Latina:* la izquierda devuelve el golpe. Rosario: Homo Sapiens, 1997.

PNUD. La democracia en América Latina: Hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.

POPA, Zulán: *Aproximación al futuro del Plan Colombia para la región andino-amazónica*. Tesis de Maestría. Havana: Instituto Superior de Relaciones Internacionales, 2005.

RAMONET, Ignacio. Pensamiento crítico vs. Pensamiento único. *Le Monde Diplomatique* (edición española), 1998.

ROBINSON, William. El rol de la democracia en la política exterior norteamericana y el caso Cuba. In: DILLA, Haroldo. *La democracia en Cuba y el diferendo con los Estados Unidos*. Havana: Centro de Estudios sobre América/ Editorial de Ciencias Sociales, 1996.

RONCAGLIOLO, Rafael. De las políticas de comunicación a la incomunicación de las políticas. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 140, nov.-dez. 1995.

RONCHEN, Theo. *La lucha contra las drogas y la proyección militar de Estados Unidos:* Centros Operativos de Avanzada en América Latina y el Caribe. Quito: ABYA YALA/Transnational Institute, 2004.

RUIZ, Miguel Camilo. Visiones de seguridad en las Américas. In GRABENDORFF, Wolf (ed.), La seguridad regional en las Américas. Bogotá: FESCOL/Fondo Editorial CEREC, 2003, p. 113-132.

SCHLESINGER JR., Arthur. *Los mil días de Kennedy*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1979.

STIGLITZ, Joseph E.. *El malestar en la globalización*. Buenos Aires: Taurus, 2002.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. Nuevo "orden" mundial, integración y derechos humanos en el Caribe. In: *Globalización, integración y derechos humanos en*

el Caribe. Santa Fé de Bogotá: Instituto de Servicios Legales Alternativos, 1995, p. 101-146.

_____. *El Siglo XXI:* posibilidades y desafíos para la Revolución Cubana. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.

_____. La nueva estrategia de seguridad nacional de los Estados Unidos: implicaciones para la paz, el Derecho Internacional Público contemporáneo y el "nuevo orden panamericano". *Nueva Democracia*, México, Edición Especial, p. 79-91, outono de 2003.

_____. Madre América: Un siglo de violencia y dolor (1898-1998). Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003a.

_____. *Reforma, contrarreforma, revolución y contrarrevolución en América Latina y el Caribe*: algunas hipótesis. Havana: Asociación para la Unidad de Nuestra América, 2005 (no prelo).

_____. La integración multinacional latinoamericana y caribeña: un enfoque desde la prospectiva crítica y participativa. *Sociologías,* Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 62-109, 2005a.

_____. Cuba's Foreign Policy and the Promise of ALBA. *NACLA Report on the Americas*, v. 39, n. 4, p. 27-33, 2006.

_____. Hacia un nuevo paradigma para la integración multinacional latinoamericana y caribeña: un enfoque desde la prospectiva crítica y participativa". In: *Concurso Internacional de Ensayo Pensar a Contracorriente*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006a, t. II.

Torres Rivas, Edelberto. Los mecanismos de la ilusión: las elecciones centroamericanas". In: ALAS/CEA. S*istemas políticos, poder y sociedad (Estudios de casos de América Latina)*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991, p. 9-20.